

A TRANSIÇÃO DOS IDOSOS NO MERCADO DE TRABALHO NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS, 2002 A 2015

Ana Maria Zolini Moreira
<mailto:anazolini@yahoo.com.br>
Brasilis Consultoria Atuarial e Previdenciária

Bernardo Lanza Queiroz
lanza@cedeplar.ufmg.br
Departamento de Demografia e Cedeplar
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar as transições ocupacionais pelas quais os idosos vêm passando depois de saírem do mercado de trabalho e, a partir disso, verificar as características desses idosos e os determinantes que influenciam a decisão de retorno para a atividade econômica. Os dados utilizados são os disponibilizados pela PME do IBGE de março de 2002 a julho de 2015 para as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A análise da transição foi feita a partir de um modelo de regressão logística. Os resultados sugerem que a variável idade é a mais relevante no estudo da oferta de trabalho do idoso no mercado de trabalho, tanto para homens quanto para mulheres, seguidas pelas variáveis relacionadas à escolaridade e ano de realização da pesquisa. As demais variáveis, condição do idoso no domicílio e cor/raça também são importantes, entretanto, demonstram o diferente comportamento por sexo na decisão de ofertar trabalho.

Palavras-chave: Idoso. Envelhecimento populacional. Aposentadoria. Mercado de trabalho.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, seguindo o fenômeno mundial, vem passando por um processo de envelhecimento populacional, fruto principalmente do rápido declínio da fecundidade, que aliado à crescente expectativa de vida, vem resultando em um contingente populacional de idosos cada vez mais expressivo. De acordo com a ONU, o número de pessoas com mais de 60 anos existentes no mundo, em 2014, dobrará até 2025 e em 2050, os idosos representarão 20% da população global. No Brasil, projeções de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentadas por Carvalho e Rodriguez-Wong (2008), mostram que a população de 65 anos ou mais que em 1970 representava 3,1% da população do país, em 2050, representará aproximadamente 19%.

Diante dos grandes desafios trazidos pela nova dinâmica demográfica e seus efeitos no mercado de trabalho, que poderá afetar o crescimento econômico e aumentar a demanda por políticas públicas de previdência e saúde e devido à importância de se preservar a qualidade de vida e a valorização dos idosos, ao mesmo tempo que é necessário mantê-los ativos, este trabalho tem como objetivo, utilizando os dados de março de 2002 a julho de 2015 da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, analisar as trajetórias ocupacionais pelos quais os trabalhadores idosos vêm passando depois da aposentadoria. Busca-se aqui responder às seguintes perguntas: qual a transição dos idosos no mercado de trabalho depois que este se aposentou? E a partir disso, quais as características desses idosos e quais variáveis influenciam na decisão do retorno ao mercado de trabalho?

OBJETIVO

PERGUNTAS

De acordo com Camarano, Kanso e Fernandes (2014), o aumento da população idosa nas atividades econômicas faz-se necessário e é coerente com as melhorias nas condições de vida e saúde da população e com o aumento da esperança de vida. Os desafios acarretados pela mudança no padrão demográfico populacional e suas consequências no mercado de trabalho se dão principalmente na área das políticas públicas, especialmente para aquelas relacionadas à prestação de serviços de saúde, pelo fato de predominar entre os idosos as doenças crônico-degenerativas, cujo tratamento é mais caro e as taxas de internação são mais elevadas (Camarano, 2014) e na área da

seguridade social. Tafner, Botelho e Erbisti (2014), afirmam que quanto mais as pessoas viverem, mantidas as condições de crescimento do PIB dos últimos trinta anos e as atuais regras previdenciárias, maior será o passivo previdenciário, exigindo maior parcela do produto gerado pela sociedade.

Impacto do envelhecimento populacional no passivo previdenciário

Em vários países desenvolvidos e em desenvolvimento, inclusive no Brasil, que possui um sistema previdenciário estruturado em regime de repartição simples, em que a geração produtiva atual suporta os benefícios pagos à geração que se aposentou no passado e espera que seja financiada por uma nova geração no futuro (Tafner, Botelho e Erbisti, 2014), já há a necessidade de adoção de medidas que adiem a saída do trabalhador do mercado de trabalho com a finalidade de se manter o equilíbrio atuarial e financeiro do sistema, tendo em vista o fato de que há cada vez menos trabalhadores economicamente ativos (contribuintes) e cada vez mais trabalhadores inativos (beneficiários), gerando grandes desafios para a sustentabilidade dos mecanismos de transferências intergeracionais tradicionais.

Necessidade existente de criar mecanismos para que a população se mantenha por mais tempo economicamente ativa, adiando, assim, sua saída do mercado de trabalho.

De acordo com Camarano, Kanso e Fernandes (2014), adiar a saída do trabalhador da força de trabalho não é simples. Por um lado, com o passar dos anos o trabalhador vai perdendo sua capacidade laborativa e é comum associar idade avançada com redução da produtividade, o que, aliado a outros incentivos, como a renda do trabalho, a legislação previdenciária, o valor do benefício de aposentadoria, contribui para a saída precoce da atividade econômica. Por outro lado, os trabalhadores mais velhos têm a experiência que os jovens não possuem e a redução das demandas físicas no mercado de trabalho tem possibilitado uma participação maior desses trabalhadores na força de trabalho em idades mais avançadas, principalmente para os mais educados, que têm melhores qualificações e enfrentam mais atraentes oportunidades.

Um curioso fato que ocorre no Brasil é que, muitas vezes, os trabalhadores adquirem o benefício de aposentadoria, reverterem sua decisão e retornam para a força de trabalho por diferentes razões. De acordo com dados da PNAD, 15,4% das pessoas de 60 anos ou mais de idade eram ocupadas e estavam aposentadas em 2011 (IBGE, 2012). Segundo Moretto (2008), uma dessas razões diz respeito ao trabalhador aposentado que retorna ao mercado para ampliar o seu rendimento de aposentadoria. Santos e Barbosa (2014), apontam que as regras previdenciárias brasileiras permitem que o trabalhador se

retorno ao mercado de trabalho após aposentados

aposente muito cedo, em torno dos 54 anos de idade, e, contrariando toda a lógica previdenciária, a aposentadoria passa a ser considerada como um complemento de renda.

Neste trabalho, assume-se como idoso aquele com 50 anos ou mais de idade, haja vista que, a partir desta idade, as taxas de atividades dos homens começam a diminuir e já se tem uma grande parcela de indivíduos migrando da atividade para a inatividade. Essa migração nem sempre se dá através da aposentadoria, de acordo com Camarano e Fernandes (2014), a proporção de homens de 50 a 69 anos que não trabalha e nem é aposentado cresceu nos últimos vinte anos. Para as mulheres, as taxas de atividades começam a diminuir ainda mais cedo, aos 45 anos (Camarano, Kanso e Fernandes, 2014).

2. ANTECEDENTES E REVISÃO DA LITERATURA

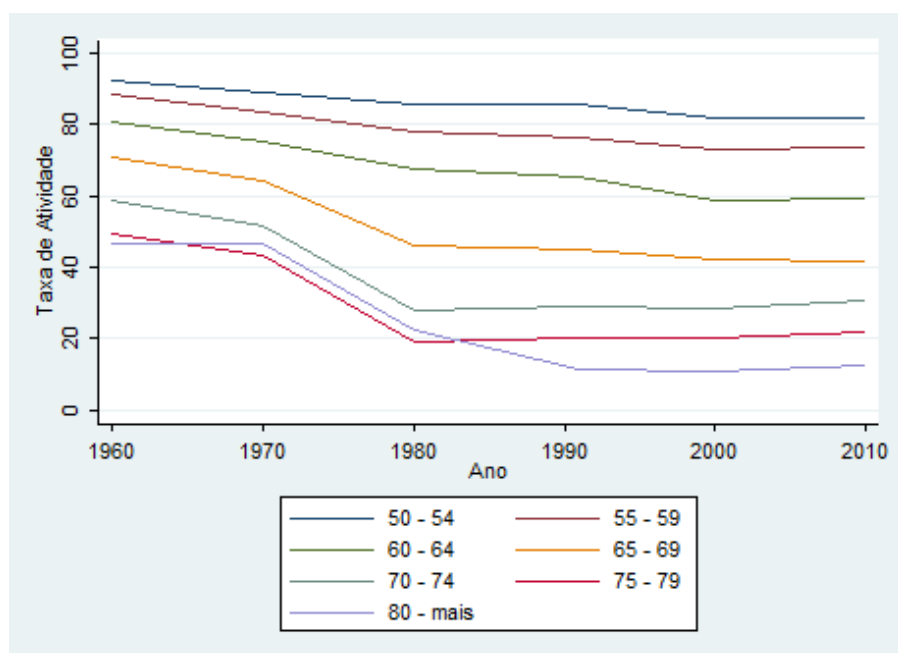
2.1. A participação do idoso no mercado de trabalho

Uma boa medida para a análise do mercado de trabalho é a taxa de atividade. A taxa de atividade determina a relação da população economicamente ativa (PEA) sobre o total da população de 10 anos ou mais de idade¹ (PIA). A PIA é a população apta a exercer uma atividade econômica e a PEA é composta pela população que está inserida no mercado de trabalho, ou seja, é a parcela da PIA que está ocupada ou procurando trabalho (Barbosa, 2014). Portanto, a taxa de atividade dos idosos, de interesse neste trabalho e aqui apresentada, mede o peso da população idosa economicamente ativa sobre a população total de idosos.

¹ Fonte:

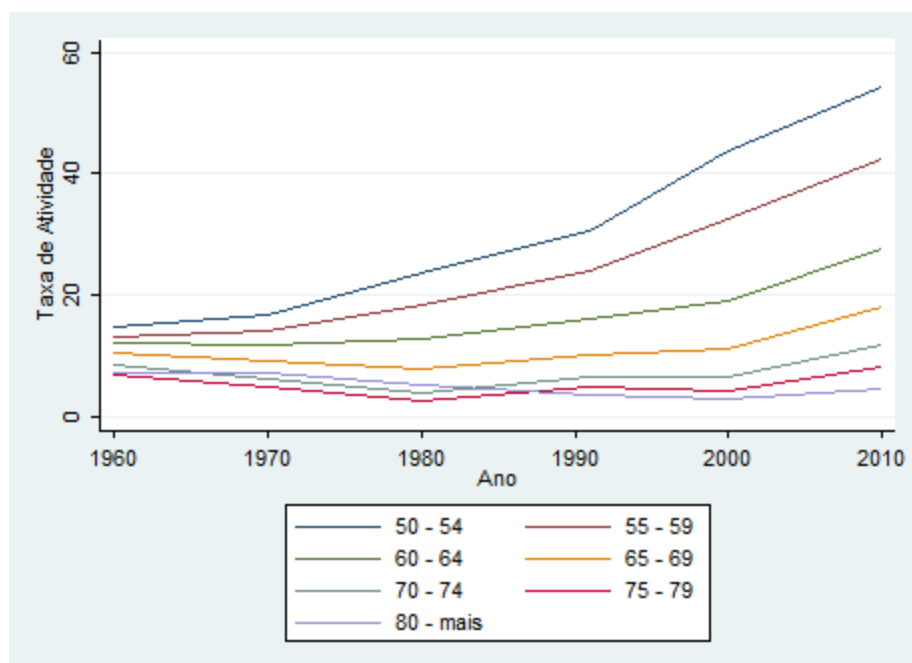
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>
Acesso em 26/09/2015

Gráfico 1: Taxas de Atividade por grupos de idade de 1960 a 2010 – Brasil - Homens



Fonte: IPUMS-International – Censos Brasileiros (1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

Gráfico 2: Taxas de Atividade por grupos de idade de 1960 a 2010 - Brasil - Mulheres



Fonte: IPUMS International – Censos Brasileiros (1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)

Os Gráficos 1 e 2 apresentam para homens e mulheres de todo o Brasil, respectivamente, as taxas de atividade econômica por grupos de idade dos Censos brasileiros de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. A partir deles pode-se notar expressivas mudanças nas taxas de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. Embora as taxas da população feminina tenham aumentado nos 50 anos analisados, elas ainda se apresentam bem inferiores às taxas masculinas, que diminuíram para todas as idades, e são bastante afetadas pela idade.

Camarano, Kanso e Fernandes (2014), observaram que as taxas de participação da população de 50 anos ou mais diminuíram para os homens e aumentaram para as mulheres até 2008, quando as taxas femininas passaram a diminuir também. Os autores atribuem esse fato ao aumento da esperança de vida aos 50 anos, que resulta em um envelhecimento desse grupo populacional e alertam que essa redução não é resultado apenas da saída por aposentadoria, já que muitos deixam o mercado de trabalho sem se aposentar.

Conforme explica Barbosa (2014), as razões pelas quais a taxa de participação dos indivíduos com mais de 65 anos se mostraram declinante ao longo dos anos de 1992 e 2012 ainda não estão claras. Mas apresenta uma sugestão feita por Queiroz, Ramalho e Monte (2012) de que a discriminação e a maior competitividade no mercado de trabalho podem aumentar o risco de desemprego por desalento dos idosos, favorecendo a inatividade. Porém, a redução das taxas de mortalidade em idades avançadas adicionada à melhoria nas condições de saúde e de autonomia da população idosa com mais experiência podem afetar positivamente a decisão de participação do idoso no mercado de trabalho (Barbosa, 2014).

Explicação para queda da TAE dos idosos: envelhecimento > competitividade > desalento dos idosos.

Ao observar as taxas de atividade dos idosos por grupo de idade, Caramaro (2012) mostrou o decréscimo nessas taxas para a população masculina, por questões óbvias, uma vez que o trabalhador vai perdendo sua capacidade laborativa ao longo dos anos. Mas, de acordo com a autora, o que se espera é uma participação cada vez maior dessa população no mercado de trabalho, fruto da redução da oferta de força de trabalho dos jovens e das pressões no sistema previdenciário, que torna necessário manter o trabalhador na ativa por mais tempo. Pelo Gráfico 2, já se observa um leve aumento da taxa de participação dos homens de 70 anos ou mais de idade em 2010.

De acordo com Santos e Barbosa (2014), os dados das PNADs de 1992 e 2012 mostram que o elevado acréscimo da população idosa brasileira foi acompanhado da diminuição da participação proporcional dos idosos na atividade econômica. Entretanto, eles ressaltam que, na verdade, tanto a população idosa quanto a população idosa economicamente ativa estão crescendo. Porém, como a população idosa total está aumentando mais que a economicamente ativa, a proporção de idosos em atividade decresce.

Diminuição da taxa de atividade econômica dos idosos, devido a um crescimento da PEA em taxas menores que a PIA

2.2 Evidências Empíricas

Na literatura há vários estudos que abordam a decisão dos idosos em ofertar trabalho e mostram que, na prática, existem outras variáveis que afetam tal decisão. O estudo realizado por Liberato (2003), revela que a idade e a escolaridade são bastante relevantes na determinação da oferta de trabalho do aposentado. De acordo com os resultados, quanto mais jovem for o indivíduo, maior a chance de ofertar trabalho: aquele que possui entre 40 e 52 anos tem 52% a mais de chance de ser economicamente ativo em comparação àquele que está presente no grupo etário mais velho (65 a 79 anos). Em relação à escolaridade, a probabilidade do aposentado que possui o ensino fundamental completo ser ativo em relação àquele que tem primário incompleto é 53% maior. Quando o aposentado possui ensino médio completo, essa chance quase quadruplica.

Idade (negativo)
Escolaridade (positivo)

A escolaridade, portanto, tem um efeito positivo na permanência do idoso na atividade econômica, inclusive para os homens de 80 anos ou mais de idade, o que provavelmente reflete o custo de oportunidade de uma saída precoce do mercado de trabalho e, também, melhores condições de saúde por parte dos indivíduos mais escolarizados (Camarano, Kanso e Fernandes, 2014).

Wajnman, Oliveira e Oliveira (2004) explicam que, se por um lado a qualificação é importante na inserção do idoso no mercado de trabalho, aqueles de nível educacional mais baixo tendem a aceitar qualquer tipo de trabalho para atender suas necessidades de renda. Por outro lado, para as idades mais avançadas são os idosos de maior escolaridade que apresentam as maiores chances de permanecerem no mercado de trabalho, uma vez

que a qualificação compensa a perda da capacidade laborativa associada ao envelhecimento.

De acordo com Liberato (2003), a chance de o aposentado trabalhar foi crescente no tempo. Vale destacar que o período de realização da pesquisa utilizada em seu estudo compreende os anos de 1981 a 2001, nos quais ocorreram grandes mudanças institucionais no sistema previdenciário aliadas à grandes oscilações econômicas. Além disso, “a população que chega à aposentadoria ao final dos anos noventa é mais numerosa, mais escolarizada e mais jovem comparativamente à dos anos oitenta” e a idade com que as pessoas se tornaram elegíveis ao benefício de aposentadoria decresceu dos anos oitenta para o noventa. Dessa forma, os indivíduos tornaram-se mais propensos a continuarem trabalhando.

Damasceno e Cunha (2011) ainda levaram em conta a cor do indivíduo e concluíram que a pessoa idosa da cor “branca” possui as maiores chances de viver da aposentadoria e fora do mercado de trabalho. Isso ocorre porque o indivíduo da cor “não branca” tem probabilidade maior de, ao envelhecer, ter rendimentos insatisfatórios, por apresentar menores condições de educação e, conseqüentemente, menores salários, permanecendo mais tempo na força de trabalho, mesmo sendo aposentado (Damasceno e Cunha, 2011).

A posição do idoso em sua unidade domiciliar também é uma variável que se mostra bastante significativa no modelo de oferta de trabalho proposto por Liberato (2003), em que o aposentado que é chefe de família tem o triplo de chances de estar trabalhando. Tal resultado vai de encontro com o encontrado por Damasceno e Cunha (2011), que também concluíram que o idoso que é cônjuge, mesmo sendo aposentado, possui maiores chances de ser economicamente ativo, indicando que os idosos que são os principais responsáveis pelo domicílio, possuem uma família para sustentar e que as despesas de um casal em relação a um indivíduo solteiro são maiores (Damasceno e Cunha, 2011).

Ser chefe aumenta a chance de estar trabalhando.

3. DADOS E MÉTODOS

3.1 Pesquisa Mensal de Emprego - PME

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma pesquisa domiciliar de periodicidade mensal. Suas informações são geradas de uma amostra probabilística de aproximadamente 40 mil domicílios das Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador. O tema básico da pesquisa é o trabalho, mas algumas características demográficas e educacionais, que ajudam a entender melhor o tema, são também apresentadas. A população objetivo da pesquisa são as pessoas de 10 anos ou mais residentes na área urbana de cada região metropolitana.

Em março de 2002, uma nova PME, foi a campo. Segundo o IBGE (2007), os principais objetivos da revisão foram: implementação de algumas mudanças conceituais no tema trabalho; ampliação da investigação para se ter melhor conhecimento da população economicamente ativa e da população disponível para o mercado de trabalho; e melhor operacionalização dos quesitos para captação das informações de forma a aprimorar a mensuração dos fenômenos.

A pesquisa adota um esquema de rotação de painéis, ou seja, os domicílios não são entrevistados durante todos os meses da pesquisa, eles entram e saem da amostra de acordo com um padrão 4-8-4. Dessa forma, as unidades amostrais são acompanhadas por até oito entrevistas, o que possibilita uma análise de transições. Se os indivíduos que residem neste domicílio não mudarem, é possível também acompanhá-los longitudinalmente. Porém, uma limitação dessa pesquisa é que não é possível observar todos os indivíduos da amostra em todas as oito entrevistas e que, se durante o período em que o domicílio permanecer na amostra, a família mudar de endereço e outra família passar a morar na unidade domiciliar, a informação obtida será da nova família.

De acordo com Ribas e Soares (2008), a PME não reporta um código que possibilite identificar com certeza a mesma pessoa em períodos distintos. Além disso, a pesquisa não coleta informações sobre números de registros (NIS, RG, CPF, título de

eleitor etc.) e nem divulga os nomes das pessoas entrevistadas, por motivos óbvios de confidencialidade.

Assim, como o objetivo deste trabalho é analisar a transição dos indivíduos no mercado de trabalho e a unidade amostral da PME é o domicílio, torna-se necessário reconstruir o painel de modo que o mesmo indivíduo possa ser identificado. Para isso, segundo Lopes (2002), as informações disponíveis para o emparelhamento de pessoas são dia, mês e ano de nascimento, e sexo (variáveis de “emparelhamento básico”). Alguns autores utilizam também a escolaridade, a condição no domicílio e/ou o número de ordem da pessoa como critérios de emparelhamento. Porém, essas características são sensíveis a mudanças no tempo, já que as pessoas nascem, morrem ou se mudam. Se a informação utilizada para o emparelhamento do indivíduo não for precisa, a sobreposição de pessoas na amostra pode ser subestimada.

Dessa forma Ribas e Soares (2008), elaboraram um algoritmo mais avançado de emparelhamento. “A ideia foi eliminar ao máximo o “falso atrito” gerado na amostra decorrente de erros nas informações declaradas, tendo o cuidado, porém, de não emparelhar pessoas distintas. Este algoritmo, com sua sintaxe para Stata utiliza critérios não só de exatidão nas variáveis de identificação, mas também de proximidade nas respostas” (Ribas e Soares, 2008).

Portanto, a partir do algoritmo desenvolvido por Ribas e Soares (2008), a amostra utilizada neste trabalho é composta por pessoas com idade de 50 anos ou mais, que no período da primeira entrevista da PME se encontravam sem trabalho na semana de referência. Ao todo, considerando entradas na pesquisa (1ª entrevista do domicílio) durante o período de março de 2002 a julho de 2015, a amostra contém 143.391 indivíduos com dados sobre condição de ocupação (trabalha ou não trabalha) para as oito entrevistas da PME. Ainda, a amostra inclui tanto idosos como idosas, haja vista que, de acordo com a PME, os resultados mostraram que tanto a participação de homens quanto a de mulheres ocupadas com 50 anos ou mais de idade aumentou entre maio de 2002 e maio de 2006 (IBGE, 2006).

A escolha por indivíduos com 50 anos ou mais deu-se porque no Brasil, as pessoas se aposentam muito cedo. Queiroz (2007), mostra através dos dados da PNAD que, entre 1980 e 2002, o volume de benefícios pagos pela Previdência Social aumentou para todos

os grupos de idade. Aos 50 anos, por exemplo, cerca de 20% da população recebia benefícios em 2007, comparado a 17% em 1980 (Queiroz, 2007).

Uma limitação da nova PME é que, ao contrário do que ocorria na antiga PME (1991 -2001), não há um quesito explicitando que a pessoa era aposentada na semana de referência da pesquisa. Portanto, neste estudo, a pessoa que não trabalha na primeira entrevista (combinação de três variáveis – o morador não trabalhou, durante pelo menos uma hora, em alguma atividade remunerada em dinheiro, produtos, mercadoria ou benefícios e o morador não exerceu, durante pelo menos uma hora, algum trabalho sem remuneração, em ajuda na atividade remunerada de pessoa que morava no domicílio e o morador não tinha algum trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado por motivo de férias, licença, falta voluntária, greve, suspensão temporária de contrato de trabalho, doenças, más condições de tempo ou por outra razão) é uma estimativa para as pessoas estarem aposentadas.

Há um problema neste pressuposto de que, como Camarano, Kanso e Fernandes (2017) alertam, os nem-nem têm crescido no Brasil e que são captados aí.

3.2 Análise de Transição dos Idosos no Mercado de Trabalho

Como o uso do modelo de Regressão Logística permite a predição de valores a partir de uma variável categórica, principalmente binária, como na ocorrência ou da não-ocorrência de um determinado evento e como neste trabalho a variável resposta a que estamos interessados assume dois valores (ocorrência = trabalha ou não ocorrência = não trabalha), o modelo de regressão logística foi o escolhido.

Na regressão logística, os parâmetros são estimados pelo método de máxima verossimilhança, produzindo valores que maximizam a probabilidade de se obter o conjunto de dados observados. E o interessante dela é que seus valores podem ser interpretados como probabilidades, o que facilita a análise e a torna mais interessante. O coeficiente estimado representa a mudança no logito decorrente de uma variação unitária na variável explicativa.

A formulação do modelo logístico pode ser escrita como:

$$\text{logit}(p) = \ln \frac{p}{1-p} = \beta'X$$

Onde, os termos β_i representam parâmetros desconhecidos que serão estimados com base nos dados amostrais.

Além disso, uma das vantagens do modelo é que cada coeficiente estimado fornece um “odds ratio” – OR (razão de chances) ajustado para cada variável explicativa do modelo. É uma medida de associação que reporta quão mais provável o resultado está presente entre aqueles que pertencem a uma determinada categoria em comparação com uma outra categoria de referência. Tal medida é estimada através da exponenciação do coeficiente estimado:

$$OR = e^{\beta_i}$$

3.2.1 Modelo Proposto

Para analisar a transição dos idosos no mercado de trabalho, tem-se o seguinte modelo:

$$\ln \frac{Prob(trabalha)}{Prob(não\ trabalha)} =$$

$$= \beta_0 + \beta_1(idade) + \beta_2(faixa\ etária) + \beta_3(grupo\ de\ escolaridade) \\ + \beta_4(cor/raça) + \beta_5(condição\ no\ domicílio) + \beta_6(ano)$$

Onde,

- A variável dependente corresponde à probabilidade do idoso estar trabalhando na oitava entrevista da PME;
- A variável independente idade é uma variável contínua;
- A variável independente faixa etária é dummy para a o grupo de idade entre 50 e 59 anos;
- A variável independente grupo de escolaridade é dummy para a condição de ser sem instrução e ter menos de um ano de estudo;
- A variável independente cor/raça é dummy para aqueles que se declararam brancos;
- A variável independente condição no domicílio é dummy para aqueles que não eram nem cônjuge e nem principal responsável pelo domicílio; e
- A variável independente ano é dummy para o ano de 2003.

4. Resultados:

O modelo logístico proposto para a análise da transição dos idosos no mercado de trabalho é composto pela variável dependente que corresponde à probabilidade do indivíduo com mais de 50 anos de idade, que na primeira entrevista da PME não estava trabalhando, retornar ao mercado de trabalho na oitava entrevista da pesquisa analisada. As variáveis independentes que podem estar influenciando na decisão de retorno à atividade econômica e aqui estudadas são a idade, a faixa etária, o grupo de escolaridade, a cor ou raça, a condição no domicílio e o ano da entrevista (de 2002 a 2015). Os resultados, para homens e mulheres, são apresentados nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Resultado da regressão logística, RM do Brasil – Homens, 2002-2015

Variáveis	B	S.E.	Sig.	OR
Idade				
cont.	-0,104	0,002	0,000	0,901
Grupo de Escolaridade				
1-3	0,167	0,071	0,018	1,182
4-7	0,085	0,063	0,178	1,089
8-10	0,133	0,071	0,062	1,142
11-mais	0,038	0,066	0,561	1,039
Condição no Domicílio				
Cônjuge	0,565	0,085	0,000	1,759
Principal Responsável	0,403	0,073	0,000	1,496
Cor ou Raça				
Preta	0,061	0,053	0,248	1,063
Amarela	0,405	0,168	0,016	1,500
Parda	0,078	0,034	0,021	1,082
Indígena	0,546	0,438	0,213	1,726
Ano				
2004	-0,174	0,083	0,036	0,841
2005	-0,393	0,084	0,000	0,675
2006	-0,327	0,083	0,000	0,721
2007	-0,444	0,084	0,000	0,641

2008	-0,476	0,084	0,000	0,621
2009	-0,385	0,091	0,000	0,680
2010	-0,303	0,091	0,001	0,739
2011	-0,193	0,082	0,019	0,825
2012	-0,400	0,085	0,000	0,670
2013	-0,337	0,084	0,000	0,714
2014	-0,472	0,084	0,000	0,624
2015	-0,587	0,142	0,000	0,556
Constante	4,352	0,168	0,000	96,549

Tabela 2: Resultado da regressão logística, RM do Brasil – Mulheres, 2002-2015

Variáveis	B	S.E.	Sig.	OR
Idade				
cont.	-0,086	0,005	0,000	0,917
Faixa Etária				
60-69	-0,135	0,056	0,016	0,875
70-79	-0,422	0,110	0,000	0,656
80-mais	-0,741	0,196	0,000	0,477
Grupo de Escolaridade				
1-3	0,211	0,061	0,001	1,235
4-7	0,274	0,053	0,000	1,316
8-10	0,380	0,061	0,000	1,463
11-mais	0,306	0,056	0,000	1,358
Condição no Domicílio				
Cônjuge	-0,044	0,056	0,439	0,957
Principal Responsável	0,314	0,056	0,000	1,369
Cor ou Raça				
Preta	0,341	0,045	0,000	1,406
Amarela	0,188	0,166	0,257	1,207
Parda	0,102	0,031	0,001	1,108
Indígena	0,196	0,401	0,626	1,216
Ano				
2004	-0,133	0,083	0,109	0,876
2005	-0,085	0,081	0,294	0,919
2006	-0,131	0,081	0,105	0,877
2007	-0,207	0,081	0,011	0,813
2008	-0,165	0,080	0,040	0,848
2009	-0,090	0,085	0,292	0,914

2010	-0,047	0,086	0,583	0,954
2011	0,009	0,078	0,911	1,009
2012	-0,082	0,080	0,303	0,921
2013	-0,004	0,079	0,963	0,996
2014	-0,107	0,079	0,174	0,899
2015	-0,102	0,119	0,392	0,903
Constante	2,438	0,304	0,000	11,446

Como pode ser observado, a variável “Idade”, mostrou-se altamente significativa nos dois modelos. Pode-se concluir que, para os homens, para cada mudança de uma unidade na idade, as chances de voltar a trabalhar (em comparação a não voltar ao trabalho) diminui em 0,104. Para as mulheres, para cada mudança de uma unidade na idade, as chances de retornar ao mercado de trabalho diminuem em 0,086. À medida que a idade avança, a probabilidade do idoso ou da idosa participar da PEA se torna cada vez menor. Este resultado está de acordo com Liberato (2003), Camarano (2001) e Damasceno e Cunha (2011), que constataram que o aumento nos anos de vida contribui negativamente para a chance de a pessoa idosa estar no mercado de trabalho, pois, com o envelhecimento, a capacidade física do indivíduo diminui gradativamente.

A variável “Faixa Etária” apresentou-se significativa apenas para as mulheres e reflete a perda produtiva e a consequente necessidade de se retirar da força de trabalho nas idades mais avançadas. A *Odds Ratio* estimada de 0,875 reporta que a probabilidade de uma idosa com idade de 60 a 69 anos retornar ao mercado de trabalho é 12,5% menor em relação a uma idosa na faixa etária de 50 a 59 anos.

A variável “Grupo de Escolaridade” mostrou-se mais significativa para as mulheres do que para os homens. Tal variável pode ser considerada uma “proxy” de remuneração esperada, pois, de acordo com a teoria do capital humano, quanto mais escolarizado maior a taxa de salário (Liberato, 2003). Desse modo, para o indivíduo mais escolarizado, trocar a remuneração pelo lazer custa mais caro e assim, decide permanecer ou voltar para o mercado de trabalho. Além disso, para os mais escolarizados é mais fácil ofertar trabalho por ocuparem cargos que não exijam força física. Desse modo, os resultados podem estar mostrando que, a maioria das mulheres só continuam no mercado de trabalho após a aposentadoria se a taxa salarial compensar sua elevada escolaridade,

enquanto que os homens retornam ao mercado mais por necessidade do que pela recompensa de se receber mais.

Para as mulheres tem-se que, ter de 8 a 10 anos de escolaridade, em relação a não ter instrução e menos de um ano de escolaridade, aumenta a chance de voltar ao trabalho em 0,380. Para os homens, ter de 8 a 10 anos de escolaridade, dummie significativa a 10% de confiança, aumenta a chance de retornar ao mercado em 0,133. Os resultados indicam que, principalmente para as mulheres, quanto mais escolarizada for a pessoa, maior a chance de ela voltar a ofertar trabalho. Ou seja, a idosa que tem 11 ou mais anos de estudo tem 35,8% a mais de chance de ser ativa em comparação ao grupo que não tem nenhum ou menos de um ano de estudo.

Os resultados encontrados aqui para essa variável vão de encontro ao estudo realizado por Liberato (2003). De acordo com a autora, que utilizou dados da PNAD para tentar explicar a permanência de parte dos aposentados na atividade econômica, a escolaridade mostrou-se relevante na determinação da oferta de trabalho do aposentado e segundo ela, seus achados corroboram a hipótese de que entre os mais escolarizados ocorra um efeito substituição de lazer por trabalho, se considerar a escolaridade como uma “proxy” da remuneração esperada do trabalho do “aposentado” no mercado.

A análise da variável condição no domicílio revela que homens e mulheres possuem comportamentos distintos no que se refere à decisão entre permanecer inativo ou retornar para o mercado de trabalho. Para o homem, que na primeira entrevista da PME declarou não estar trabalhando, ser cônjuge ou principal responsável pelo domicílio influencia na sua decisão de voltar a trabalhar. Ser cônjuge aumenta em 75,9% a chance de retornar ao trabalho em comparação àqueles que são filhos, outros parentes, agregados, pensionistas, empregados domésticos ou parentes do empregado doméstico. Quando o idoso é o principal responsável, a chance de retornar ao mercado é 49,6% maior. Tal evento ocorre devido ao fato de que este idoso, cônjuge ou responsável pelo domicílio, tem o papel de provedor, que sustenta a sua sobrevivência e a de toda sua família, o que torna a renda da aposentadoria ainda mais insatisfatória.

Para as idosas, apenas ser principal responsável influencia na decisão de retorno à PEA. Elas possuem 36,9% a mais de chance de voltar a trabalhar em comparação àqueles que são filhos, outros parentes, agregados, pensionistas, empregados domésticos ou

parentes do empregado doméstico. De acordo com o IBGE (2007), o número de mulheres indicadas como a pessoa de referência da família aumentou 79% entre 1996 e 2006, ao passo que nesse mesmo período o número de homens “chefes” de família aumentou 25%. Esse aumento da mulher como principal responsável ou chefe de família está relacionado com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e, consequentemente, com a maior participação no rendimento da família (Damasceno e Cunha, 2011).

Em relação à variável cor ou raça do idoso, observa-se que ser da cor/raça preta influencia apenas o retorno das mulheres na força de trabalho e aumenta em 40,6% a chance de voltar à atividade em relação às brancas. Para os homens, ser pardo significa 8,2% a mais de chance de novamente fazer parte da PEA em comparação aos brancos. Conforme Damasceno e Cunha (2011), isso ocorre devido ao passado histórico desses indivíduos no mercado de trabalho. Como os não brancos possuem menor escolaridade e consequentemente são menos qualificados, as chances de terem passado mais tempo de sua vida ativa no setor informal são maiores, o que os faz adquirir o benefício de aposentadoria mais tarde. Além disso, o baixo valor da aposentadoria para esses indivíduos, faz com que eles tenham que continuar trabalhando ou retornar para a atividade a fim de aumentarem sua renda.

Todas as dummies de período (ano da realização da pesquisa, em que o ano omitido é o 2003) mostraram-se significativas apenas para os homens. Para as mulheres, somente os anos de 2007 e 2008 apresentaram-se significativas. A variável “ano” é importante à medida que a decisão de participar da oferta de trabalho guarda intrínseca relação com os cenários econômicos de cada época, que afetam diretamente o funcionamento do mercado de trabalho.

De acordo com Santos e Barbosa (2014), no período compreendido entre os anos de 1992 e 2002, o Brasil convivia com alto nível de informalidade e baixos salários, obrigando o trabalhador a se manter ativo por mais tempo. Barbosa (2014), aponta que entre 1992 e 1996, houve um ciclo de expansão do rendimento real do trabalho, que se estabilizou e declinou entre 1996 e 2003 e, somente a partir de 2004, o rendimento médio de todos os trabalhos passou por um período ininterrupto de crescimento, o que pode ter contribuído para a retração da taxa de atividade dos idosos.

Observa-se que com o passar dos anos, a probabilidade dos idosos de retornar ao mercado de trabalho diminuiu. Entre os homens, enquanto a chance de retornar para a PEA em 2004 em relação ao ano de 2003 era 15,9% menor, em 2014 essa chance era 37,6% menor em comparação à 2003. Isso pode estar ocorrendo também devido ao fato de que, conforme já citado anteriormente, tanto a população idosa quanto a população idosa economicamente ativa estão crescendo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco deste trabalho está na análise da transição dos idosos no mercado de trabalho, uma vez que se constatou que estes se encontravam na inatividade e a partir disso, na tentativa de traçar um perfil para aqueles que se reinseriram na atividade econômica. Para tanto, foram utilizados os dados da PME de março de 2002 a julho de 2015 para as Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre.

A partir de uma análise descritiva dos dados verificou-se que 10,3% dos idosos de 50 anos ou mais que se retiraram da força de trabalho retornaram para a atividade, enquanto que entre as mulheres essa porcentagem é ainda menor, apenas 6,19% delas se reinseriram no mercado de trabalho. Damasceno e Cunha (2011), utilizando os dados da PNAD (2006), constataram que o homem idoso que vive nas regiões metropolitanas tem as maiores chances de viver dos rendimentos da aposentadoria, enquanto que para as mulheres moradoras dessa região as chances de se sustentarem somente de outros rendimentos que não venham da aposentadoria e nem do trabalho são maiores.

Os dados utilizados neste trabalho mostraram também que, dentre aqueles que voltam para a atividade econômica, são os homens idosos que percebem os maiores salários, em relação às idosas. De acordo com Damasceno e Cunha (2011), isso é explicado pelo fato de que as idosas, por possuírem menor escolaridade em relação aos homens idosos, tendem a receber menores salários no mercado de trabalho.

Ainda dentre aqueles que retornam para a força de trabalho, a maior proporção das idosas ocupam o serviço doméstico enquanto os homens, em sua maior parte, reinserem-

se no setor da construção. O que ambos possuem em comum é que a maior proporção deles trabalha por conta-própria e não contribui para a Previdência Social.

Com base nos resultados obtidos concluiu-se que as maiores chances do idoso retornar ao mercado de trabalho, tanto para homens quanto para as mulheres, estão entre os mais jovens e os mais escolarizados, o que vai de encontro com as hipóteses da teoria neoclássica de oferta de trabalho e com o estudo realizado por Liberato (2009), no qual as variáveis idade e escolaridade mostraram-se muito relevantes na decisão de trabalhar do aposentado.

A variável condição no domicílio mostrou que homens e mulheres possuem comportamentos distintos na decisão do retorno ao mercado de trabalho. Enquanto, ser principal responsável ou cônjuge influencia positivamente a decisão do retorno à atividade para os homens, as mulheres só possuem maiores chances de voltar ao mercado de trabalho, se ela for a principal responsável pelo seu domicílio. Damasceno e Cunha (2011), concluíram que os idosos e as idosas que são chefes de família ou cônjuge possuem maior probabilidade de estarem trabalhando, sendo aposentados ou não. Ainda, Liberato (2001), encontrou que o aposentado que é chefe de domicílio possui as chances de ser economicamente ativo praticamente triplicadas em relação aquele que não é.

A idosa que possui cor/raça preta tem as chances maiores de voltar a ser economicamente ativa em comparação àquelas que são brancas. Já entre os homens, ser pardo significa que a probabilidade de voltar a trabalhar é maior do que para os brancos. Damasceno e Cunha (2011) explicam que os não-brancos possuem menor escolaridade e são, conseqüentemente, menos escolarizados, o que acarreta em um valor de aposentadoria menor e, conseqüentemente, na necessidade de retornar para o mercado de trabalho. Portanto, os autores constataram que o homem branco possui maiores chances de sustentar-se com os rendimentos da aposentadoria em relação ao homem não branco. Ao passo que, a mulher branca tem mais chances de não trabalhar nem receber aposentadoria em relação à não branca.

A tendência observada para a variável ano de realização da pesquisa não é compatível com a dinâmica demográfica atual, uma vez que ela mostrou que a probabilidade dos idosos de retornarem ao mercado de trabalho diminuiu ao longo dos anos analisados. Entretanto, isso pode estar ocorrendo devido aos ciclos econômicos pelo

qual o Brasil passou no período, ao fato de que tanto a população idosa quanto a população idosa economicamente ativa estão crescendo, porém, o crescimento da população idosa total é maior do que o da economicamente ativa e pelo envelhecimento do segmento idoso, em que a porcentagem dos “superidosos” foi a que mais cresceu ao longo dos anos avaliados neste trabalho.

Porém, de acordo com Camarano, Kanso e Fernandes (2014), espera-se que o segmento de 50 anos ou mais de idade aumente 2,4 vezes no período 2010-2050 e venha a ser responsável por aproximadamente metade da população em idade ativa em 2050. Resumindo, de acordo com as autoras, pode-se esperar um envelhecimento da oferta de força de trabalho e uma proporção cada vez mais elevada de pessoas sem condições de trabalhar por causa da idade avançada.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, L. E.; SCHOR, A. Oferta de trabalho dos indivíduos com idade superior a 50 anos: algumas características da década de 90. Salvador, 2001.

BALTAR, P. E. A.; SANTOS, A. L.; KREIN, J. D et al. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. [S.n.]: Global Labour University Working Papers, Maio 2010. (Paper, 09). (In DIEESE. A Situação do Trabalho no Brasil na Primeira Década dos Anos 2000. São Paulo, 2012).

BARBOSA, A. L.N. H. Um Trabalho Brasileiro. Novo Regime Demográfico. Uma Nova Relação Entre População e Desenvolvimento? - IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Rio de Janeiro, 2014.

CAMARANO, A. A. Texto para discussão nº 830. O idoso brasileiro no mercado de trabalho. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro, outubro de 2001.

CAHILL, K. E.; GIANDREA, M. D.; QUINN, J. F. Reentering the Labor Force After Retirement. 2011.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. Menos Jovens e Mais Idosos no Mercado de Trabalho? Novo Regime Demográfico. Uma Nova Relação Entre População e Desenvolvimento? - IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, J. A. M.; RODRÍGUEZ-WONG, L. L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(3):597-605, mar, 2008.

DAMASCENO, F. S.; CUNHA, M. S. Determinantes da participação do idoso no mercado de trabalho brasileiro. Teoria e Evidência Econômica - Ano 17, n. 36, p. 98-125, jan./jun. 2011.

IBGE – Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica número 29. Rio de Janeiro, 2012.

- INDICADORES IBGE. O Trabalho a partir dos 50 anos de idade. Pesquisa Mensal de Emprego. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2006.
- IPUMS (2015). Integrated Public Use Microdata Series. Disponível em <http://www.ipums.org>
- LIBERATO, V. C. A oferta de trabalho masculina “pós-aposentadoria” – Brasil Urbano – 1981/2001. Belo Horizonte, MG. UFMG/CEDEPLAR, 2003.
- LOPES, M. D. Avaliação de desgaste de painéis em estudos longitudinais: uma aplicação na Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE). Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, IBGE, Rio de Janeiro, 2002.
- MAESTAS, N. Back to Work: Expectations and Realizations of Work After Retirement. Michigan Retirement Research Center, University of Michigan, 2004.
- MAGALHÃES, M. L. C. A discriminação do trabalhador idoso. Responsabilidade Social das Empresas e do Estado. 2008.
- MORENO, V. T.; MONTE, P. A. Avaliando o impacto dos rendimentos de aposentadoria no mercado de trabalho brasileiro. Revista de Economia, v. 39, n.3 (ano 37), p. 59-76. 2013
- MORETTO, A. O espaço dos jovens e dos idosos no mercado de trabalho atual. 2008.
- PEREZ, E. R.; WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A. M. H. C. Análise dos determinantes da participação no mercado de trabalho dos idosos em São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 23, n. 2, 2006.
- PESQUISA MENSAL DE EMPREGO. Rio de Janeiro, 2007 (Relatório Metodológico, v. 23).
- QUEIROZ, B. L. The determinants of male retirement in urban Brazil. Cedeplar/UFMG, 2007.
- QUEIROZ, V. S.; RAMALHO, H. M. B.; CAVALCANTI, G. A. A Escolha Ocupacional dos Idosos no Mercado de Trabalho: Evidências para o Brasil. Revista Economia, 2009.
- QUEIROZ, V.; RAMALHO, H.; MONTE, P. A inserção do idoso no mercado de trabalho: evidências a partir da duração do desemprego no Brasil. In: FÓRUM BNB DE DESENVOLVIMENTO, 17., Fortaleza, CE, jul. 2012.
- RIBAS, R. P.; SOARES, S. S. D. Texto para discussão nº 1348: Sobre o painel da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE. Rio de Janeiro, 2008.
- SANTOS, C. F.; BARBOSA, E. D. O Idoso Brasileiro no Mercado de Trabalho e na Previdência Social: Uma Análise de 1992 a 2012. Temas de Economia Aplicada, Informações FIPE, 2014.
- WAJNMAN, S; OLIVEIRA, A. M. H. C; OLIVEIRA, E. L. Os idosos no Mercado de trabalho: tendências e consequências. In Camarano, A. A. Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60. Rio de Janeiro, 2004.